

# RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS INSTITUTOS FEDERAIS: Histórico da educação profissional no Brasil, a invisibilidade da população negra brasileira

Cristiane Maria Ribeiro<sup>1</sup>

Walmir Francisco de Melo<sup>2</sup>

## RESUMO

Esse trabalho teve como objetivo traçar um histórico da educação profissional no Brasil, objetivo é destacar as políticas educacionais que regulamentaram a educação profissional e seu público alvo, nossa hipótese é a de que historicamente a população negra tem sido o público predominante nesta modalidade de educação. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica feita a partir de artigos, livros, teses e dissertações sobre políticas educacionais e Educação Profissional. Os dados mostraram que existe uma invisibilidade da Educação Profissional e Tecnológica na historiografia da Educação Brasileira, situação que também é similar quando se tenta localizar a população negra neste contexto. Palavra chave. Educação Profissional – política educacional – história da educação – população negra – invisibilidade.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica- Relações Étnico-Raciais- População negra- História da Educação – Invisibilidade.

## INTRODUÇÃO

Localizar o lugar ocupado pela população negra na trajetória da educação brasileira constitui um desafio marcado pelo que se pode denominar de racismo historiográfico. A ausência ou a abordagem estigmatizada das experiências educacionais da população negra na historiografia reforça a invisibilidade de seus mecanismos de resistência e perpetua um campo de pesquisa ainda não consolidado. Essa mesma dificuldade se observa na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), cujo registro histórico tende a privilegiar a descrição das políticas e formas de organização institucional, em detrimento da análise das vivências e experiências de seus sujeitos, especialmente as pessoas negras.

Desde o período colonial, a educação brasileira foi marcada pela dualidade entre o ensino intelectual, voltado para as elites, e o ensino prático, destinado aos escravizados e pobres, no qual o trabalho manual era visto como desqualificado. As oficinas e as corporações de ofício

---

<sup>1</sup> Dr.<sup>a</sup> em Educação pela Universidade Federal de São Carlos e docente do quadro permanente do Mestrado em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano – Campus Urutai.

<sup>2</sup> Mestre em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano – Campus Urutai



representavam, nesse contexto, espaços de formação que, longe de emancipar, reforçavam a lógica da subalternização racial e social. Ao longo da história, a EPT manteve-se vinculada às camadas populares, historicamente compostas majoritariamente por afrodescendentes, mas a presença efetiva dessa população na modalidade ainda se mostra pouco visibilizada na produção acadêmica e nos registros oficiais.

Diante desse cenário, este trabalho teve como objetivo geral traçar um histórico da Educação Profissional no Brasil, analisando como as políticas educacionais configuraram essa modalidade e em que medida contemplaram ou invisibilizaram a presença da população negra. Como objetivos específicos, buscou-se: (a) identificar os contextos históricos em que a Educação Profissional foi destinada às camadas populares; (b) examinar de que forma a dimensão racial esteve explícita ou implícita na formulação e implementação das políticas públicas voltadas para a EPT; e (c) discutir as marcas de exclusão e de seletividade racial que atravessaram a constituição dessa modalidade de ensino.

A partir dessas reflexões, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: de que modo a população negra esteve presente ou foi invisibilizada na trajetória histórica da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil?

A intenção foi estabelecer uma articulação entre a história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil com as relações étnico-raciais, destacando a invisibilidade da população negra nesse campo. Partiu-se da constatação de um racismo historiográfico, que silenciou as experiências educacionais da população negra, negando seus mecanismos de resistência. Esse viés também denuncia uma historiografia da EPT, mais voltada para políticas, estruturas institucionais e aspectos administrativos do que para os sujeitos que dela participaram.

Autores como Porto (2022) apontam os impactos do racismo estrutural, evidenciados nos dados sobre analfabetismo e exclusão educacional, enquanto Arruda (2020) ressalta como as políticas públicas de ensino profissional se construíram pela omissão da raça, deslocando o debate para a classe social. Pinto e Leon (2022) reforçam a seletividade racial na educação profissional, ao demonstrarem a baixa presença de negros em instituições no século XX. Marques (2012) e Stamatto (2016) discutem como a EPT foi destinada historicamente a grupos marginalizados (pobres, órfãos, desvalidos), mas sem nomear diretamente a população negra, reforçando sua invisibilidade.

Além disso, estudiosos como Almeida (2020), Santos (2023), Falcione (2009) e Tavares (2016) analisam a EPT sob a ótica da industrialização, do assistencialismo e do controle social, evidenciando a dualidade educacional brasileira: de um lado, ensino acadêmico para elites; de



outro, ensino técnico destinado às camadas populares, compostas majoritariamente por afrodescendentes. Esse texto é portanto, sustentado a partir de uma crítica à colonialidade e ao racismo estrutural que atravessam tanto as políticas educacionais quanto a produção acadêmica, reivindicando uma leitura histórica que inclua a presença e as experiências da população negra na EPT.

## METODOLOGIA

O estudo em questão adota como metodologia a revisão bibliográfica, tendo como base a análise de livros, artigos, dissertações e teses que discutem a história da Educação Brasileira, com ênfase na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e na historiografia da educação da população negra brasileira, apesar da escassez de pesquisas existentes. A opção pela revisão bibliográfica se justifica pela necessidade de sistematizar e problematizar o conhecimento já produzido sobre o tema, uma vez que as fontes históricas diretas nem sempre permitem localizar, de maneira explícita, a presença da população negra na trajetória da EPT.

Segundo Gil (2008), a revisão bibliográfica é fundamental para a construção de um referencial teórico sólido, permitindo identificar lacunas no conhecimento e orientar novas investigações. No caso deste trabalho, essa estratégia metodológica possibilitou reunir diferentes perspectivas sobre a exclusão e a invisibilidade histórica da população negra, além de mapear o desenvolvimento das políticas educacionais voltadas para a formação profissional no Brasil.

A pesquisa bibliográfica também se mostrou pertinente por tratar de um campo ainda em consolidação. Como ressalta Severino (2017), esse tipo de metodologia não se limita a compilar dados, mas busca estabelecer uma análise crítica sobre os discursos e interpretações já existentes. Nesse sentido, o estudo não apenas recupera documentos e produções acadêmicas que narram a história da EPT, mas também procura evidenciar como o racismo estrutural atravessou as políticas educacionais e a própria historiografia da educação.

A seleção dos materiais considerou produções que abordam a dualidade educacional brasileira, o caráter assistencialista da EPT em diferentes períodos históricos e as marcas de seletividade racial que perpassaram a formação para o trabalho. O recorte metodológico permite compreender como a educação profissional foi pretensamente estruturada historicamente para atender às classes populares compostas majoritariamente por negros, ao mesmo tempo em que se analisam os mecanismos de invisibilização da dimensão racial nas políticas e registros oficiais.



Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou alcançar o objetivo central do trabalho: analisar, a partir das políticas educacionais e de sua historicidade, a configuração da Educação Profissional no Brasil e a presença (ou invisibilidade) da população negra nesse percurso.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este artigo tem como objetivo traçar um histórico da educação profissional no Brasil, nosso propósito é compreender do ponto de vista da política educacional como se configurou a Educação Profissional no Brasil e a presença da população negra nesta modalidade de educação ao longo da história da educação nacional.

No período colonial os afazeres práticos eram considerados coisa de escravizados e qualquer forma de trabalho poderia representar ofensa a um homem livre. Dessa forma, os ofícios manuais eram destinados aos escravizados ou negros livres, enquanto o trabalho intelectual era considerado coisa de homens livres. A população negra em sua maioria escravizada era impedida legalmente de frequentar instituições educacionais, inclusive as de educação profissional. As Corporações de Ofícios possuíam regras rigorosas de funcionamento para dificultar ou impedir o ingresso de escravos. Segundo Porto (2022):

Dados em relação à população afrodescendente no Brasil podem ser vistos como um termômetro dessa exclusão. As informações do Ministério da Educação sobre analfabetismo mostram que, apesar de algumas melhorias, a relação de desproporcionalidade entre escolaridade e raça/cor ainda é acentuada (PORTO, 2022, p 54).

O autor destaca a desigualdade racial no acesso à educação no Brasil era evidenciada pelo analfabetismo da população negra e a desproporção entre escolaridade e raça/cor, pois pessoas escravizadas recebiam instrução técnica básica apenas para atender aos interesses econômicos dos proprietários. Segundo Porto (2022).

O colégio e a residência dos jesuítas foram também os primeiros núcleos de formação para o trabalho, por meio das oficinas de construção de obras, ferraria, carpintaria, olaria, dentre outras, sendo a prática desses fazeres destinada a escravizadas/os e pessoas livres pobres – de preferência, crianças e adolescentes (PORTO 2022, p. 61).

Há de se considerar também que neste período as oficinas dos jesuítas ofereciam formação prática direcionada a escravizados e pobres, sobretudo crianças e adolescentes. Nos arsenais da Marinha diante da escassez de mão de obra, o Estado promovia ensino



compulsório de ofícios a órfãos, abandonados e desvalidos. A historiografia da educação aponta esse público como alvo da educação profissional, embora não haja consenso se eram negros ou brancos pobres.

Durante o Império, tanto as práticas educativas promovidas pelo Estado como as da iniciativa privada pareciam refletir duas concepções distintas, mas complementares: uma de natureza assistencialista e compensatória, destinada aos pobres e desafortunados, de modo que pudessem, mediante o trabalho, tornar digna a pobreza; a outra dizia respeito à educação como veículo de formação para o trabalho artesanal, considerado qualificado, socialmente útil e também legitimador da dignidade da pobreza.

Será que com a chegada da República ocorrem modificações no perfil do público alvo da Educação Profissional e Tecnológica? Parece que não, ao menos é isso que nos deixa perceber ao afirmar que os destinatários “não eram apenas os pobres “desafortunados”, mas, sim, aqueles que, iriam se transformar em trabalhadores assalariados.

Segundo Almeida (2020 et al, p.18) o surgimento da Educação Profissional está atrelado a necessidade de uma educação renovada com métodos ativos de ensino aliada com as necessidades do mundo moderno, impulsionado pelas transformações sociais ocorridas sob influências crescente da industrialização que trouxe consigo novas demandas por mão-de-obra qualificada e por indivíduos com habilidades específicas necessárias para as novas indústrias e tecnologias emergentes.

O país começou a sentir necessidade de ensino profissionalizante para atender às indústrias, diante de problemas como analfabetismo, responsabilidade do Estado pela escola básica e inclusão social, econômica e política (SANTOS, 2023). Nesse contexto de urbanização e industrialização, surgiram iniciativas assistencialistas de formação profissional, como as Escolas de Aprendizes e Artífices, criadas pelo Decreto nº 7.566/1909, subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio nas quais era praticado o ensino gratuito a menores das classes pobres, formando operários e contramestres.

Segundo Tavares (2016), os cursos atendiam crianças de 10 a 13 anos, que recebiam instrução primária e treinamento prático em ofícios como marcenaria e latoaria. A proposta buscava capacitar e disciplinar os jovens para o trabalho, sem lhes oferecer ascensão social, moldando-os a funções manuais úteis ao país. Também visava ao controle social, retirando-os das ruas e diminuindo a visibilidade da pobreza urbana.

Conforme Falcione (2009), o ensino profissionalizante no Brasil sempre refletiu interesses do grupo dirigente, moldando propostas políticas às necessidades de classe. Assim, a educação profissional tinha caráter estético e moral, voltado mais à adaptação social



do que à inclusão e equidade.

As primeiras escolas de formação profissional eram voltadas principalmente para a elite branca, com poucas oportunidades para os negros. Uma sinalização de que talvez estas instituições pudessem acolher os ingênuos (filhos de escravos nascidos após a lei do ventre livre) são as considerações de Stamatto (2016) eram as Companhias de Aprendizés Marinheiros, espécie de escola profissionalizante que “visavam explicitamente o ensino e a preparação profissional dos meninos pobres e desvalidos, acima dos sete anos, muitos deles oriundos da Roda de Expostos” (STAMATTO, 2016, p. 27).

Nesse aspecto, Marques (2012, p. 61) menciona que:

A educação profissional ocorreu no Brasil em diversos contextos históricos, com diferente disposição, mas foi quase sempre destinada àqueles que não tivessem opção, como os brancos pobres, os ex-escravos, os desvalidos, os órfãos, os criminosos e outros desafortunados. Os que podiam escolher buscam outros caminhos como a educação intelectual (MARQUES, 2012, p. 61).

O fato é que não dá para dizer com grau de certeza se havia presença de pessoas negras na educação profissional neste contexto como nos mostrou Marques (2012) ao afirmar que dos estudos que analisaram a história do ensino profissional no país deram destaque à abordagem do contexto nacional e local, além dos aspectos legais da criação, estrutura física e administrativa das instituições. No entanto, não fazem referência aos alunos negros. Alguns termos parecem remeter à situação da população negra, tais como pobres, desvalidos, andantes, infantes desvalidos, crianças desamparadas, órfãos, abandonados nas rodas dos expostos, mas, contudo, sem especificar se eram negros ou não, nessas instituições.

Para Arruda (2020):

Em sua gênese, a justificativa de oferta da educação profissional nas EAAs (1909-1941) como uma política pública voltada à formação primária profissionalizante de força de trabalho para o mercado, ao referir-se a quem seria destinada o ensino profissional, não faz uso explícito do termo raça, mas de um repertório representacional que exalta a invisibilidade da superioridade racial branca e a marcação da inferioridade racial da população pobre e descendente, em sua maioria, de africanos. Ao serem transformadas em Escolas Técnicas Federais, em 1959, a oferta do ensino profissional avança para o nível médio e integrado à formação geral- propedêutica, com ingresso por meio de exames seletivos passa a ser buscado por classes sociais privilegiadas, apesar de ser formalmente destinado às classes menos favorecidas, deslocando o argumento da raça para a classe. Nesse contexto brasileiro, marcado pela pressão cultural do mito da democracia racial e do branqueamento, seria inadequado expor a raça nos argumentos das políticas públicas (ARRUDA, 2020, p131).

Esse trecho de Arruda oferece uma análise crítica muito importante sobre a relação



entre educação profissional, raça e classe no Brasil, especialmente no contexto histórico das Escolas de Aprendizizes Artífices (EAAs) e, depois, das Escolas Técnicas Federais. Muito pertinente a sua análise sobre a omissão da raça na formulação das políticas públicas de educação profissional.

Pinto & Leon (2022) ao investigar a presença de estudante negros em uma escola profissional de Pelotas no período de 1930-1940 constata que é visível aos olhos que a grande maioria que estudou no período investigado na Escola Profissional Tecnológica de Pelotas foi o estudante branco, aparecendo em grande presença nos quadros de formatura, já os estudantes identificados com o fenótipo negro aparecem, porém de maneira pouco expressiva, faz parte uma presença maciça de estudantes do gênero masculino e de cor branca. Pinto e Leon (2022) enfatizam dizendo que:

É notório que a educação profissional nesta época e neste contexto estava idealizada para a população pobre, mas não qualquer estudante do sexo masculino, pois o elemento da cor pesava e saltava aos olhos dentro dessa instituição escolar (PINTO & LEON, 2022, p.13).

Nesse contexto, há que dizer que a educação profissional, embora voltada para a população pobre, era permeada por um racismo estrutural que limitava o acesso de pessoas negras, mesmo entre os mais desfavorecidos. A referência ao "elemento da cor" ressalta que, além da classe social, a cor da pele era um fator determinante de exclusão, mostrando que a desigualdade racial estava profundamente enraizada nas instituições educacionais da época. Trata-se de uma crítica direta à seletividade racial presente nas políticas educacionais.

Um outro momento na história da educação brasileira de solidificação da Educação Profissional foi os anos de 1940 com a criação do Sistema, resultado da terceirização da formação de mão de obra diante da ineficiência estatal. Criaram-se o SENAI (1942), SENAC (1946), SESC (1946) e SESI (1946), esse sistema tornou-se referência por integrar público e privado em ações de treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, preparando jovens e adultos para o mercado de trabalho.

Já nos anos de 1960 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4.024/61 estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, definindo o MEC como responsável pela política educacional e criando o Conselho Nacional de Educação. Sua principal inovação foi equiparar a educação profissional ao ensino propedêutico, permitindo que egressos de cursos profissionais prosseguissem os estudos. Segundo Tomé (2012), a lei rompeu com a visão de que a educação profissional era restrita às elites, e, conforme Santos (2011), marcou a primeira articulação completa entre ensino secundário e profissional,



possibilitando acesso ao ensino superior a todos os concluintes.

Posteriormente com a reforma do ensino médio por meio da Lei nº 5.692/71 reformulou tornou compulsório o ensino técnico-profissional e responsabilização também das redes estaduais. Porém, a profissionalização não se consolidou, revelando a dualidade da educação brasileira. Segundo Santos (2018), a reforma não produziu nem profissionalização nem ensino propedêutico, devido à falta de recursos e à resistência empresarial, além de consolidar a desativação dos ginásios industriais. Para Carlos (2020), a lei teve efeito contrário ao pretendido, degradando as escolas técnicas e fortalecendo as privadas, que passaram a dominar o acesso às universidades públicas. Assim, durante a Ditadura, a valorização da educação profissional foi apenas de fachada, mantendo o ensino superior restrito à elite econômica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 modernizou o sistema educacional brasileiro, integrando a educação profissional ao trabalho, à ciência e à tecnologia, com foco no desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Estabeleceu a articulação entre ensino médio e formação técnica, permitindo a formação integral dos estudantes e o prosseguimento de estudos no ensino superior, introduziu os conceitos de flexibilidade, competências e habilidades, ampliando a oferta de cursos técnicos e tecnológicos. Também abriu caminho para programas como o PRONATEC (2011), que expandiu o acesso a cursos profissionalizantes e democratizou a educação profissional no país.

Em vista desses dados, conclui-se que o grande amálgama da Educação Profissional teve que enfrentar foi a existência de uma dualidade no sistema educacional brasileiro de uma educação destinada às classes trabalhadoras e outra para a elite, situação que a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação propôs a superar, por outro lado quando nos debruçamos e inventariar quem é o público alvo da EPT principalmente considerando sua etnicidade há um grande vazio, pois não é sabido. Alguns autores localizam o seu destinamento aos negros já seu nascedouro como nos diz Azevedo (1987) ao afirmar que EAA foi criada no contexto das políticas imigrantistas racistas no Brasil que afirmavam a superioridade do branco europeu como trabalhador ideal para a industrialização do país e o tipo racial adequado para a formação de uma identidade nacional que extinguisse a inferioridade racial dos nacionais (pobres e descendentes em sua maioria de africanos), os quais deveriam receber o aprendizado profissional (ARRUDA, 2020, p.69).

Por outro lado, tem-se a noção de que a Educação Profissional Tecnológica seria uma alternativa para as camadas populares, formadas historicamente e significativamente por



afrodescendentes, de modo que, ao terem acesso ao ensino, pudessem também garantir uma vaga no mercado de trabalho. Cabe ressaltar aqui que os trabalhos socialmente entendidos como típicos das classes populares já se encontravam dentro de uma proposta de educação que pouco valorizava o questionamento delas em relação ao lugar socialmente esperado para essa parcela da população. Porto (2018) chama a atenção para o fato de que:

Uma leitura possível poderia perpassar a interpretação de que a EPT foi marcada por uma trajetória de ter as camadas populares como público-alvo, por fazer parte de políticas públicas que entendiam que a educação dessas classes representava fundamentalmente a extensão melhorada de nossas senzalas. Tal perspectiva de ensino seria um modo de inserir, de forma mais rápida, tal segmento no mercado de trabalho, ajudando fundamentalmente a industrialização a ser possível, bem como, ao possibilitar a essa população uma fronteira social, sem perder o controle das oportunidades proporcionadas, conseguindo não só mecanismos de controle, mas também de ascensão social dentro dos limites da colonialidade (PORTO, 2022, p. 77).

Nesse contexto, o autor remete uma crítica à função histórica da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, apontando como ela esteve atrelada a políticas públicas voltadas às classes populares com o objetivo de prepará-las rapidamente para o mercado de trabalho, sem necessariamente romper com as estruturas coloniais de desigualdade. A análise destaca como essa lógica serviu à industrialização e promoveu uma ascensão social controlada, delimitada pelos mecanismos de exclusão e subalternização herdados da escravidão. Trata-se de uma reflexão que convida a repensar o papel da EPT para além de uma formação técnica utilitarista, reivindicando uma abordagem crítica e emancipatória.

Portanto, uma escola pública, de educação profissional, historicamente caracterizada por destinar-se à população pobre, é majoritariamente frequentada por negros. Por outro lado, há autores que não visualizam isso.

Centeno e Timóteo (s.d.) descreve o público-alvo da educação Profissional, disposto no Quadro 2.

Quadro 2 – Público-alvo da educação profissional

Período histórico	Público-alvo
1890 a 1955	Pobres, aleijados, cegos, surdos, ex-escravos, loucos, órfãos, entre outros marginalizados pela sociedade da época.
1956 a 1984	Jovens trabalhadores que chegavam ao ensino secundário e almejavam o Ensino Superior.



1986 a 2002	Jovens trabalhadores que tenham interesse em ingressar no mercado de trabalho imediatamente após a conclusão do curso técnico. - Estudantes do Ensino Técnico e Tecnológico atentos às mudanças no mundo do trabalho e dispostos a atualizar seus conhecimentos constantemente. - Jovens e adultos que desejam manter elevado o seu nível de empregabilidade
2003 a 2010	Jovens e adultos da classe trabalhadora e parte da classe pequeno-burguesa ou classe média que historicamente não tiveram acesso à Educação Profissional e Superior públicas

Fonte: Adaptação do quadro presente no texto "Perspectiva histórica da Educação Profissional: do Brasil República aos dias atuais. Disponível em <https://profemarli.comunidades.net/perspectiva-historica-da-educacao-profissional>.

O Quadro 1 evidencia como o público-alvo da Educação Profissional no Brasil foi sendo redesenhado ao longo dos períodos históricos, refletindo as transformações sociais, econômicas e políticas do país. No início, entre 1890 e 1955, a educação profissional era voltada majoritariamente para os marginalizados, com forte caráter assistencialista. A partir de 1956, observa-se uma transição para atender jovens trabalhadores com aspirações ao Ensino Superior. Entre 1986 e 2002, o foco passa a ser a empregabilidade imediata e a formação contínua, sinalizando a influência das exigências do mercado de trabalho. Já no período de 2003 a 2010, nota-se uma tentativa de democratização do acesso, com políticas públicas que ampliaram a inclusão de jovens e adultos da classe trabalhadora e de setores antes excluídos da educação pública de qualidade. Esse histórico revela a crescente valorização da Educação Profissional como instrumento de inclusão social e desenvolvimento econômico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve como objetivo traçar um histórico da educação profissional no Brasil, objetivo é destacar as políticas educacionais que regulamentaram a educação profissional. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica feita a partir de artigos, livros, teses e dissertações sobre políticas educacionais e Educação Profissional. Os dados mostraram que existe uma invisibilidade da Educação Profissional e Tecnológica na historiografia da Educação Brasileira, situação que também é similar quando se tenta localizar a população negra neste contexto. Não se consegue localizar a população negra na história da Educação Profissional e Tecnológica, a não ser em estudos contemporâneos que mostram a existência de cursos destinados às pessoas brancas e cursos destinados às pessoas negras e situações de *apartheid*



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marilene Oliveira; DE FREITAS VENEROSO, Maria do Carmo; DE FREITAS CAMPOS, Regina Helena. Circulação, recepção e apropriação do método de ensino do desenho de Louise Artus-Perrelet: educação estética e modernismo na formação de professores primários no início do século XX. **Pós: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFGM**, v. 10, n. 20, p. 181-215, 2020.

ABREU TOMÉ, Ana Clécia. Trabalho e/ou educação: História Da educação profissional no Brasil. **Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, Canoas, v.1, n.2, 2012.

ARRUDA, Maria Auxiliadora Almeida. Dimensões da branquitude na política de oferta de vagas do Instituto Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de Mato Grosso. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 12, n. 1, 2022.

BRASIL. Constituição (1942). **Decreto nº 4048, de 22 de janeiro de 1942**. Brasília. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del4048.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4048.htm). Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto-lei n. 7.566**, de 23 de setembro de 1909. BRASIL. **Lei 11.892**, de 2008. BRASIL. **Lei 4.024**, de dezembro de 1961.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Retratos da Escola**, v. 5, n. 8, p. 27-41, 2011.

CARLOS, Nara Lidiana Silva Dias; DE MENESES, Raquel Marinho; DE MEDEIROS NETA, Olívia Moraes. A Lei nº 5.692 de 1971 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 1996: aproximações e distanciamentos na organização do ensino na educação básica. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. 6679109181-e6679109181, 2020.

FALCIONE, Roberto Evair. **O ensino profissionalizante no Brasil: um olhar histórico**. Revista Tecnologia e Sociedade, v. 5, n. 8, p. 1-13, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e pesquisa**, v. 38, p. 13-28, 2012.

MARQUES, Zilma Maria Silva. **Presença de alunos negros no ensino profissionalizante na Primeira República em Cuiabá**. 2012. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de



Pós- Graduação em Educação, Instituto de Educação, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

OLIVEIRA, Arão Davi; FERREIRA, Valdivina Alves. **O Pronatec como garantia do direito constitucional à formação para o trabalho na rede estadual de ensino de MS.** 2017.

PINTO, Natália Garcia; LEON, Adriana Duarte. **Educai vossos filhos:** a história da racialização na educação profissional tecnológica (1930/1950) em Pelotas/RS. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, 2023.

PORTO, Leudjane Michelle Viegas Diniz. **Com a palavra, a/o Mestra/e:** a afrodescendência e a educação profissional tecnológica em tempos de educação para as relações raciais. 2022.

SANTOS, Juraci Barbosa dos et al. **Influência militar na educação brasileira:** uma análise comparativa entre a organização da educação na ditadura militar e a educação militarizada na atualidade. 2023.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Experiências escolares para a infância desvalida – Brasil Imperial (1822-1889). **Holos**, v. 5, p. 22-32, 18 set. 2016. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

TAVARES, Fábio Liberato de Faria. Ensino técnico federal no Brasil: das escolas de aprendizes artífices ao PRONATEC. **Revista do Historiador**, Porto Alegre, v. 8, n. 8, p. 77-88, 2016.

THEODORO, Mário et al. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil:** 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

KUHLMANN JR, Moysés. A educação infantil no século XX. **Histórias e memórias da educação no Brasil**, v. 3, p. 182-193, 2012.

